



DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO OU MACROECUMENISMO: UMA NECESSIDADE PARA A CONQUISTA DA PAZ E DA JUSTIÇA SOCIAL

*Faustino dos Santos**

*Prof. Dr. Pe. Moésio Pereira de Souza***

Resumo

Há o reconhecimento de que as religiões ainda incidem na vida das pessoas, mesmo ante a pluralidade dos dias atuais. Desta feita, elas podem tanto ser instrumentos de paz ou da discórdia, de desigualdade ou justiça. Como espaço de testemunho da fé, as religiões não podem ser os instrumentos da divisão e da destruição. Assim, tendo firmeza e segurança da realidade de Deus na sua diversidade religiosa, cada expressão de fé é convidada a fazer o movimento do encontro com as outras, não para discutir sobre suas doutrinas ou sobrepor critérios de verdade umas sobre as outras, mas para, com origem na visão de um ponto comum (a realidade Deus) estabelecer critérios para a prática eficaz de uma humanidade que seja digna dos bens que lhe pertencem como criatura de Deus que quer a felicidade e o bem a todos. Afinal de contas o diálogo inter-religioso ou macroecumenismo pressupõe não somente um diálogo de palavras, mas de ações, tendo como origem a convicção de fé pessoal que orienta para a promoção da vida nas suas mais variadas expressões, pela vivência da paz e da justiça. Esse é o fim do verdadeiro diálogo.

Palavras-chave

Diálogo Inter-Religioso. Religiões. Deus. Justiça. Paz.

Abstract

There is the recognition that religions still affect people's lives, even in the face of today's plurality, this time they can be instruments of peace or of discord, inequality or justice. As a witness to faith, religions can not be the instruments of division and destruction, this time, having firmness and security of the reality of God present in their religious diversity, every expression of faith is invited to make the movement of the encounter with the Others, not to discuss their doctrines or to superimpose criteria of truth on one another, but to establish criteria for the effective practice of a humanity worthy of the goods which Belongs as a creature of God who wants happiness and good to all. After all, interreligious dialogue or macroecumenism presupposes not only a dialogue of words, but of actions, based on the conviction of personal faith that guides the promotion of life in its most

varied expressions, through the experience of peace and justice . This is the end of true dialogue.

Keywords

Interreligious Dialogue. Religions. God. Justice. Peace.

1 Introdução

Não temos a pretensão de desenvolver neste trabalho um estudo sobre as religiões ou mesmo uma teologia sobre elas, mas tencionamos discorrer acerca da necessidade de um “vital relacionamento criativo e mútuo entre [elas] mesmas, como condição essencial para um futuro mais harmônico para a humanidade”¹. Ante a pluralidade religiosa, que é uma realidade desafiadora do século XXI, não cabe mais que as religiões se enclausurem ou estabeleçam atitudes rígidas e intolerantes às outras distintas expressões, na busca por salvaguardar valores próprios, sobretudo em termos de justificativa e detenção das “verdades” que respondam aos grandes aspectos da existência humana. Já não adiantam posicionamentos que defendam a hegemonia de uma religião em detrimento das outras, mas, do contrário, não se deve renunciar à importância e ao valor dessa pluralidade. Somente com essa abertura ao outro – “diferente de mim” – na disposição de reconhecer suas riquezas e de aprender com ele sobre mim (princípio da alteridade), e se possível pode somar forças de todos os lados para o enfrentamento dos conflitos cada vez mais crescentes que não favorecem o bem comum. Essa abertura será frutuosa quando for levado em conta o que de essencial e sagrado existe em cada uma das religiões, que, sem dúvida possui uma Única e Imutável fonte que quer para todos os mesmos dons, semelhante paz, a vida em plenitude.

Também, entretanto, não pretendemos discorrer sobre um mero encontro das religiões que se unem para dialogar sobre suas doutrinas, crenças, ritos, símbolos etc. Afinal seria impossível um diálogo concernente a pontos propriamente religiosos. Neste ensaio desenvolvemos uma abordagem sobre o diálogo inter-religioso, com enfoque no aspecto teológico, como meio eficaz para a justiça e a paz de todos, que possui como conteúdo a causa de Deus desdobrada numa preocupação com a humanidade e o universo como um todo, tendo claro a noção de que as religiões possuem, de modo geral, sensibilidade às situações de sofrimento

¹ TEIXEIRA, Faustino. **Diálogo inter-religioso, ontem e hoje**. RELAMI (Rede Latino Americana de Missiólogos e Missiólogas). Disponível em <<http://www.missiologia.org.br/cms/ckfinder/userfiles/files/53dialogointer.pdf>>. Acessado em 26 de janeiro de 2016. p.1.

e injustiça, sobretudo dos mais necessitados, e esse é o papel de grande relevância para a efetivação da vontade de Deus, mesmo sendo essa intenção deturpada em vários contextos. Sendo assim, não queremos desenvolver uma teologia do diálogo meramente na esfera do teórico, mas enfatizar com isso que o diálogo não seria possível se não houvesse uma práxis que torna visível a verdadeira intenção da pluralidade religiosa como prática da fé que cada qual professa.

Sabemos que o diálogo inter-religioso não se configura como “o único” meio para uma sociedade poder viver a paz, a igualdade, a justiça, porém, não se pode desmerecer o fato de que cada religião ainda exerce intensiva incidência no comportamento das pessoas e possui, por isso, potencial para ser um agente atuante para a paz ou o conflito, a igualdade ou a desigualdade.

Embora seja uma discussão inacabada que ascende lentamente, se consegue perceber que, com a disposição das religiões por meio de um diálogo não meramente teórico, mas também prático, é factível alcançar a tão desejada paz e a justiça da humanidade, sonho de felicidade dos homens disposto por Deus. A teologia do diálogo inter-religioso consegue identificar que em cada religião existe, pela ação livre do Espírito do Deus da vida, um potencial salvífico-humanizador que pode favorecer a tão sonhada paz e justiça aos seres humanos. Foi aquilo que já corajosa e sensivelmente proclamou a *Nostra Aetate* (n. 2) sobre a posição da Igreja Católica sobre o valor salvífico das religiões:

“A Igreja católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daqueles que ela própria segue e propõe, todavia, refletem não raramente um raio da verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e tem mesmo obrigação de anunciar incessantemente Cristo, «caminho, verdade e vida» (Jo. 14,6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas”.

Nessa intenção, expressamos no primeiro momento, um pouco do histórico sobre o Diálogo Inter-Religioso, o seu sentido e a atuação do Papa Francisco na qualidade de agente promotor do Diálogo. Depois, esboçamos o estatuto teológico desse Diálogo e, por fim demonstramos de que modo ele pode contribuir no alcance da Justiça e da Paz.

2 Diálogo Inter-Religioso ou Macroecumenismo

2.1 Um pouco do histórico

Quando nos referimos ao diálogo inter-religioso, nos reportamos a um termo relativamente novo², enquanto se traduz em uma viva relação entre as tradições religiosas distintas, o que [...] “não significa a ausência de traços germinais antecedentes, presentes em importantes teóricos e místicos de tempos anteriores, que marcaram sua reflexão por importante sensibilidade dialogal”³. Nota-se, por exemplo, uma sensibilidade ao diálogo com as outras religiões desde séculos anteriores com Raimundo Lúlio (1232-1316) e Nicolau de Cusa (1401-1464) no âmbito cristão, por exemplo, e no islamismo com os místicos sufis Rûmî (1207-1273) e Ibn al-‘Arabi (1165-1240).

Também conhecida como Ecumenismo Planetário⁴, Ecumenismo mais ecumênico⁵ e Macroecumenismo⁶, a expressão **diálogo inter-religioso** é mais usual para referir-se ao “diálogo e/ou à interação entre as religiões”⁷ ou é a dicção correta “[...] para definir o encontro e a convivência de diversas comunhões religiosas na sociedade moderna”⁸.

Dentre essas unidades de ideias empregadas para designar o diálogo inter-religioso está uma bastante peculiar do contexto latino-americano que foi bastante questionada e pouco aceita. Corresponde a Macroecumenismo, menos recorrente do que diálogo inter-religioso e que é objeto de bastante resistência pelo contexto em que surge e pelos riscos de relativização do termo “ecumenismo”, que, se diz somente a luz da Teologia e Eclesiologia cristãs se poderia compreender. Edênio Valle ensina que esse vocábulo surge em

[...] “um clima de protesto contra o perigo de se transformar o evento dos 500 anos da evangelização da América em uma comemoração ‘festiva’,

² Não há elementos consistentes antes de 1925. Faustino Teixeira transfere esse dado para 1945.

³ TEIXEIRA, F. *Op. cit.* p 1.

⁴ Expressão utilizada por M-D. Chenu.

⁵ Expressão de Raimundo Panikkar.

⁶ Expressão defendida por Pedro Casaldàliga a qual dedicaremos uma breve explanação, pelo fato de ser ela que particularmente nos chama atenção pelo enfoque dado não apenas às grandes tradições religiosas mas também àquelas pequenas e de pouca expressividade e de relevância na realidade religiosa.

⁷ AQUINO JUNIOR, F. Diálogo Inter-religioso por uma cultura de paz. **Revista. Eletrônica Teocomunicação**. Porto Alegre v. 42 n. 2 jul./dez. 2012, p. 359-375. Disponível: <<http://revistas.eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/12310>>. Acesso em 30 de outubro de 2016.

⁸ MOLTSMANN, Jürgen. **Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã**. São Leopoldo: Sinus, pp. 28-29.

circunscrita aos donos do poder e correndo sério risco de esquecer todas as atrocidades que as sucessivas dominações – desde a ‘conquista’ – trouxeram consigo para milhões e milhões de pessoas em que surge”⁹.

A palavra aflora exatamente na primeira Assembleia do Povo de Deus realizada em Quito, em 1992 e foi defendida e justificada por Pedro Casaldáliga. Outras resistências que apareceram sobre a ideia são ponderadas por Aquino Junior:

“[...] primeiro, por não enfatizarem suficientemente a especificidade do ecumenismo e do diálogo inter-religioso e por acabarem relativizando o sentido técnico que a expressão ecumenismo adquiriu no movimento ecumênico cristão: unidade das igrejas cristãs; segundo, porque poderia soar como uma espécie de neocolonização cristã das religiões, ao utilizar, ainda que em seu sentido etimológico lato, através do prefixo macro, a mesma expressão usada para designar a unidade das igrejas cristãs: ecumenismo”¹⁰.

Embora surjam, entretanto, muitas objeções em torno dessa expressão, ela designa, ao mesmo tempo, “[...] a importância e a necessidade de não separar os cristãos do conjunto da humanidade e, conseqüentemente, não separar a problemática da unidade das igrejas cristãs (ecumenismo) da problemática da unidade das religiões e dos povos (macro-ecumenismo)”¹¹. Traduz-se, portanto, como um alargamento daquela interação sonhada pelas igrejas cristãs; além disso, o termo adverte contra a centralidade salvadora dum diálogo de palavras (de *logos*), alargando assim a unidade das religiões para uma esfera prática de interação:

“[...] a problemática da unidade entre as religiões não é apenas uma questão de *logos* (discurso, linguagem) nem se dá simplesmente por meio dele (*dialogos*), como pode sugerir a expressão diálogo inter-religioso. O *logos* por mais importante e decisivo que seja é apenas *um modo* de inteligência. Só no contexto de uma práxis determinada pode-se compreender o uso/sentido de um *logos* determinado – caráter práxico da linguagem, de modo que o problema da relação e da unidade entre as religiões, mais que um problema de *dia-logo* é um problema de *inter-ação*”¹².

Ao diálogo inter-religioso ou macroecumenismo, que transcende os limites do discurso e se configura como inter-ação, ainda é conferida pouca atenção nas religiões, inclusive no Cristianismo, tanto que, em se tratando de Igreja Católica, somente no Vaticano II, com a Declaração *Nostra Aetate*,

⁹ VALLE, Edênio. Macroecumenismo e diálogo inter-religioso como perspectiva de renovação católica. **Revista de Estudos da Religião** Nº 2/2003/pp. 56-74.

¹⁰ AQUINO JUNIOR, F. *Op. cit.*, pp. 368-369.

¹¹ *Ibidem*, p. 369.

¹² AQUINO JUNIOR, F. *Op. cit.*, pp. 369-370.

é que se logrou um passo importante nessa realidade plural das religiões. Ali se pode, em meio às muitas resistências, vislumbrar a refração não rara do “raio da verdade que ilumina todos os homens”¹³ que há nas religiões, as não cristãs, ou seja, esse momento se configura como um referencial porque se consegue reconhecer que nas outras expressões religiosas existem sementes de salvação, mesmo não as reconhecendo como sendo em plenitude, conforme se acentua no Cristianismo.

Quando apresentamos a *Nostra Aetate* como um passo significativo, não queremos deixar de reconhecer que muitos grupos levaram a sério esse ponto, como é o caso do Parlamento Mundial das Religiões, acontecido em Chicago, em 1893 que reuniu muitas denominações religiosas, a fim de constituir um foro para mútuo conhecimento e sinalização do lugar da religião no desenvolvimento humano, e ainda, ações do Conselho Mundial das Igrejas, que, por exemplo, em 1979, discutiu sobre as diretrizes para o diálogo com outras religiões e ideologias de nosso tempo. É nessa circunstância real, e como exigência de uma abertura ao diferente, mas sensível à causa da humanidade, que a mencionada *Nostra Aetate* aparece como um divisor de águas, uma vez que a Igreja Católica ainda não havia entrado a fundo nessa questão.

2.2 O sentido do Diálogo Inter-Religioso

Feito conjunto de relações de diálogo e ação entre pessoas e confissões religiosas para mútuos conhecimento e enriquecimento, o diálogo inter-religioso pressupõe algumas atitudes fundamentais que se configuram como pontos de encontro/comuns às religiões: a primeira atitude é a convicção pessoal da sua crença/fé, seguida da convicção da unidade e da dignidade de todos e, de cada um, particularmente; depois, que não se viole de modo nenhum a pessoa com seus direitos e sua consciência. Tendo claros esses valores, vem em seguida a consciência de que amor, compaixão, humildade, desprendimento e veracidade são valores exigidos pelo núcleo fundamental de cada crença e são, sem qualquer dúvida, superiores ao ódio, à inimizade, ao rancor e ao interesse próprio. Outra atitude fundamental é a responsabilidade com o compromisso para com os pobres, marginalizados e oprimidos e ainda a esperança da vitória do bem sobre as situações de injustiça e de desigualdade.

Exige-se no diálogo um intercâmbio de dons como exercício de deixar valer o outro e também a prontidão em consentir se transformar pelo

¹³ *Nostra Aetate* nº 2.

encontro com o outro. Pressupõe, com isso, a consciência da humildade, fidelidade à própria tradição, a compaixão e a busca comum da verdade. Embora, entretanto, seja lugar de encontro, nele também há um *locus* de tensão, uma vez que provoca desacordos cognitivos, quando, no encontro com o diferente, as evidências sobre a verdade em que acreditamos são colocadas em fronteiras com as evidências do diferente. Esse ponto de tensão nos desperta para a consciência de que um valor no diálogo é a demanda comum da verdade na valorização do outro e na consciência da humildade; na fidelidade à própria tradição, mas também numa comunhão da compaixão.

Impõem-se destacar a noção de que, nessa interação entre as religiões, não há a necessidade de desmerecimento dos valores intrínsecos a cada uma delas, mas é o caso de deixar de lado aquilo que desune e diverge, como atitude de respeito, a fim de que se promova o bem comum: afinal é possível descobrir-se no fundamento de cada religião mais elemento “que [...] une que aquilo que [...] separa”¹⁴; depois, já que para participar do diálogo se pressupõe a segurança naquilo em que se acredita, a contribuição de cada religião será no exercício da fé, que, indubitavelmente, está fundada em valores de verdade, justiça e paz, pois se fosse o contrário deixaria a religião de ser expressão da fé ou da salvação que vem de Deus.¹⁵

No diálogo, o respeito entre as religiões e povos é de grande importância porque “[...] pressupõe que você reconheça ao outro o seu valor enquanto ser humano pertencente à única família humana criada por Deus e, por conseguinte, o seu ser filho de Deus, prescindindo de suas convicções ou de seu credo”¹⁶; além disso, “[...] o respeito recíproco finca raízes no reconhecimento da dignidade humana de toda pessoa”¹⁷. Portanto, a redescoberta do valor do outro, que reafirma a todos como grande família humana, aplicado às religiões, auxilia na colaboração para o bem comum de

¹⁴ FRANCISCO, Papa. **Evento Ecumênico na Arena de Malmö**. Viagem Apostólica à Suécia quando da comemoração comum luterano-católica da Reforma (31 de outubro de 2016).

¹⁵ Diante de tanta violência cometida em nome das religiões, alguns chegam a perguntar se, de fato, as religiões são fonte de paz ou de guerra. Houtart, por exemplo, estabelece uma relação entre as religiões e a violência, destacando alguns seus elementos, que favorecem uma ação violenta. Embora não afirme que as religiões sejam a causa única da violência, chega a garantir que há um fundamento interno nas religiões que pode conduzir a ações violentas. Cf. HOUTART, François «Il culto della violenza in nome della religione: un panorama», *Concilium* 4 (1997) 18-32.

¹⁶ Pronunciamento do Secretário do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, na **Escola para o Diálogo Inter-religioso** promovida pelo Movimento dos Focolares, ocorrida de 28 a 30 de maio em Castel Gandolfo.

¹⁷ Idem.

justiça e paz “[...] para curar a humanidade dos males que a afligem”¹⁸, e isso não poderá ser realizado se houver divisão.

2.2.1 O Papa Francisco e o Diálogo Inter-Religioso: um breve aceno

Alçando um olhar sobre a história, nota-se que o diálogo inter-religioso jamais tomou grandes proporções na Igreja Católica, por exemplo, como fruto ainda de um paradigma Eclesiocêntrico. Mesmo depois de se ter aberto o leque da salvação¹⁹ a outras religiões com a *Nostra Aetate*, de ser criado um Conselho Pontifício para essa causa e de se ter promulgado outros documentos a este respeito²⁰ e realizado ações – como o caso do encontro inter-religioso convocado por João Paulo II, em Assis (27 de outubro de 1986) – o tema do diálogo inter-religioso nunca foi tão difundido como em nossos dias com a atuação do Papa Francisco, que periodicamente acena, e até o prioriza como um dos temas relevantes do seu pontificado, porque consegue perceber nisso uma urgência.

Como “filho do Vaticano II”, o Papa Francisco alcança a compreensão do espírito que levou a Igreja conciliar, naquele momento ecumênico, a decidir por fazer uma declaração sobre o diálogo com as outras religiões. Sendo assim, ele acolhe o encontro com as outras religiões como um programa sério e de comprometimento com as causas da humanidade, por isso exprime que é “[...] o respeito recíproco condição e, ao mesmo tempo, fim do diálogo inter-religioso”²¹, e por isso constitui um importante fator para o enfrentamento dos problemas por que a sociedade pluralizada transita para a constituição de uma sociedade de paz e justiça.

¹⁸ Idem.

¹⁹ O dado soteriológico é aquele que essencialmente está nas religiões e as vertentes de interpretação da relação do cristianismo com as demais religiões está dividido em Eclesiocentrismo, Cristocentrismo e Teocentrismo, com seus respectivos significados: Eclesiocentrismo - “fora da Igreja não há salvação”; Cristocentrismo - diz que nas outras religiões pode haver salvação, porém sem autonomia salvífica em virtude da unicidade e universalidade da salvação de Cristo; e Teocentrismo - pretende ser uma superação do cristocentrismo colocando cada religião como autônoma da salvação. A esse respeito cf. Teixeira, F. em **Teologia das Religiões**: Uma visão panorâmica. Paulinas, 1995, pp 37-77.

²⁰ Como nos casos do “Diálogo e missão” de 10 de junho de 1984, a de “*Redemptoris Missio*”, de 7 de dezembro de 1990; “Diálogo e anúncio”, de 19 de maio de 1991, e, ainda, “Memória e reconciliação”, de 7 de março de 2000.

²¹ Audiência Geral de 28 de outubro de 2015 dedicada aos 50 anos da Declaração *Nostra Aetate*, do Concílio Vaticano II, sobre as relações da Igreja Católica com as religiões não cristãs.

3 Diálogo Inter-Religioso como estatuto teológico

A fé que pressupõe o diálogo

“A teologia das religiões ainda não alcançou um estatuto epistemológico bem definido”²², “nem tudo está claro”²³, mas isso não é alcançado se houver a continuidade do pensamento do Diálogo como discussão acerca das doutrinas mais próximas à verdade. O cerne do assunto está fincado na clareza sobre o “meu papel” como ser religioso no diálogo. Isso quer dizer que, para cada religião poder dialogar nessa perspectiva que temos até agora discutido, requer clareza da fé que se professa, pois

[...] digno de participar do diálogo é somente quem conquistou uma posição firme na sua própria religião e vai para o diálogo com a autoconsciência correspondente. Somente a domiciliação na sua própria religião capacita para o encontro com uma outra. Quem cai no relativismo da sociedade multicultural pode até estar capacitado para o diálogo, mas não possui a dignidade para o diálogo. Os representantes das outras religiões não querem conversar com modernos relativizadores da religião, mas com cristãos, judeus, islamitas etc. convictos²⁴.

A razão teológica do diálogo entre as religiões é a busca para que esse mesmo diálogo seja frutífero, e, por isso, prático, e não se pautar apenas no âmbito estritamente teórico. Só será frutífero, entretanto, se cada religião vivenciar com seriedade aquilo que exige a sua fé, que não é essencialmente violenta, porque não reclama imposição de verdades.

O fim do diálogo é a unidade de todos – da humanidade, das religiões – na luta por um mundo mais justo e fraterno, isso sim faz parte da vontade criadora e salvífica de Deus, que criou a todos para si, razão pela qual fez a humanidade a sua “imagem e semelhança” e desejou para cada um dos que criou o mesmo fim. Estar em conflito é no mínimo contrário ao propósito de Deus. Por isso, para um diálogo efetivo das religiões, dever-se-á levar em conta a “causa de Deus que é a própria humanidade e o universo”²⁵. Deus, que é um só e criador de todos os seres humanos, sejam eles cristãos, judeus, hindus, budistas, muçulmanos, etc, confere a cada ser criado a mesma natureza e igual capacidade, e uma sede de felicidade que é possível no mundo mesmo sem ser saciada por

²² AKASHEH, P. Khaled. *Los fundamentos teológicos del diálogo interreligioso* - Consejo Pontificio para el Diálogo Interreligioso.

²³ Idem.

²⁴ MOLTSMANN, Jürgen. *Op. cit.*, pp.28-29.

²⁵ AQUINO JUNIOR, F. *Op. cit.*, pp. 374.

completo, esse mesmo Deus cuida de cada ser humano e tem para eles um plano redentor e salvador²⁶.

Embora o interesse teológico pelas religiões tenha surgido pelo aspecto missionário e por interesses na conversão dos pagãos, o específico de uma teologia do pluralismo das religiões não deve ser reduzido à possibilidade de salvação dos não-cristãos, porquanto a posição em que se colocou frente às missões desde o surgimento do movimento foi com fins à adesão, conversão ou retorno ao Cristianismo, pensando no aspecto da salvação. A teologia do pluralismo se preocupa, portanto, com “[...] uma correta avaliação teológica das diversas tradições religiosas, criando condições para o exercício de um efetivo diálogo inter-religioso”²⁷, levando em consideração “[...] o significado humano e o valor salvífico das religiões enquanto religiões”²⁸. A intenção real e mais profunda do diálogo é fazer com que cada religião na sua integridade promova por meio do seu “potencial salvífico-humanizador”²⁹ uma sincera sensibilização com as distintas situações de injustiça e sofrimento dos seres humanos, em especial dos pobres e oprimidos. Aí sim, ela estará contribuindo para um diálogo efetivo, porque estará pondo em prática aquilo que diz respeito à experiência salvadora de Deus que professa a fé.

Reportar-se a uma “teologia” do diálogo entre as religiões é algo muito recente, uma vez que o diálogo inter-religioso ou macroecumenismo, em si, é “[...] um fenômeno típico da modernidade plural, que provoca a ‘crise das estruturas’ e convoca a ‘sistemas abertos de conhecimento’”³⁰. Talvez isto possa ser encarado com maior normalidade daqui para frente por consequência da liquidez em que as informações vão se dando, das muitas expressões que se levantam autônomas e fortes como fruto de uma liberdade

²⁶ Para a teologia cristã esse plano de Deus se realiza em Jesus Cristo que é o mediador entre Deus e os homens, e pela sua encarnação, morte e ressurreição revela ao homem sua verdadeira e suprema vocação que é a divina; é em Jesus Cristo, o redentor do Pai que se encontra a plenitude da graça, da vontade divina e redentora, única e definitiva de Deus, é por essa justificativa que é difícil no diálogo dizer como aqueles que não conhecem a Jesus Cristo podem ser salvos. Surge, portanto a necessidade de se falar da ação livre do Espírito que dá a todos a possibilidade de se associar ao mistério de Cristo de modos diversos, embora a questão central seja perceber que é esse mesmo Espírito da verdade quem robustece as múltiplas manifestações religiosas, quando essas são espaços de atuação do Espírito de Deus, que é única fonte de vida das religiões.

²⁷ TEIXEIRA, F. **Teologia das Religiões: Uma visão panorâmica**. Paulinas: São Paulo, 1995. pp. 12.

²⁸ Idem.

²⁹ AQUINO JUNIOR, F. *Op. cit.* p. 373.

³⁰ TEIXEIRA, F. *Op. cit.* pp. 11.

de consciência. Nesse aspecto cabe ressaltar a importância da “[...] nova consciência e sensibilidade em face dos valores espirituais e humanos das novas tradições religiosas e a abertura de novos canais de conhecimento sobre elas”³¹, porque elas despertam para o fato de não mais ser possível, “numa sociedade multifacetada, negar a legitimidade da existência de outras religiões em detrimento da verdade de uma religião. Compete à teologia do diálogo, portanto, trabalhar desde do Ponto Central (Deus) para onde olham todos os pontos de vista (as religiões) e reconhecer que, expressamente revelado em cada uma delas de um modo livre e diverso, esse Ponto exige de todas as religiões compromisso com a fé que assumiram.

Considerando esse aspecto é que se acentua a urgente necessidade de levar a todos os que vivem em situação de injustiça e em condição de menosprezo social a autêntica realidade que Deus deseja para cada um: a paz e a justiça.

“O diálogo só se torna sério quando se torna necessário. Ele torna-se necessário quando surge um conflito que ameaça a vida, e cuja solução pacífica deve ser buscada conjuntamente mediante o diálogo. O diálogo deve girar em torno da pergunta pela verdade, mesmo que não seja possível chegar a um consenso em relação a ela. Pois o consenso não é o objetivo do diálogo. Se um dos parceiros for convencido pelo outro, acaba o diálogo. Quando dois dizem a mesma coisa, um deles está sobrando. O objetivo do diálogo inter-religioso não é uma religião unitária nem a metamorfose e o acolhimento das religiões na oferta pluralista de prestação de serviços de uma sociedade de consumo religioso, mas a ‘diversidade reconciliada’, a diferença suportada e produtivamente conformada”³².

O desejo de Deus de que, a humanidade tenha o mesmo fim, deve ser um compromisso de todos, sobretudo das religiões pela disposição para um diálogo entre elas mesmas, mas isso não é uma questão de ordem meramente teórica, mas prática, que “[...] pressupõe que você reconheça ao outro o seu valor enquanto ser humano pertencente à única família humana criada por Deus e, por conseguinte, o seu ser filho de Deus, prescindindo de suas convicções ou de seu credo”³³. Além disso, “[...] o respeito recíproco finca suas raízes no reconhecimento da dignidade humana de toda pessoa”³⁴. Portanto, a redescoberta do valor do outro que reafirma a todos como grande família humana aplicado às religiões auxilia na colaboração

³¹ Idem.

³² MOLTSMANN, Jürgen. *Op. cit.*, pp.28-29.

³³ AYUSO, M. A. **Pronunciamento do Secretário do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso.**

³⁴ Idem.

para o bem comum de justiça e paz, “[...] para curar a humanidade dos males que a afligem”³⁵, e isso não poderá ser realizado se houver divisão.

4 A justiça e a paz como frutos do diálogo

À guisa de conclusão

A preocupação com a paz e a justiça social como fator incentivado e praticado por parte de cada religião em particular, e por elas entre si, é uma exigência que nos é imposta, inclusive por aqueles que não creem, conforme disse o Papa Francisco na Audiência de 28 de outubro de 2015:

“O mundo olha para nós crentes, convida-nos a colaborar entre nós e com os homens e as mulheres de boa vontade que não professam religião alguma, pede-nos respostas efetivas sobre numerosos temas: a paz, a fome, a miséria que aflige milhões de pessoas, a crise ambiental, a violência, em particular aquela cometida em nome da religião, a corrupção, a degradação moral, as crises da família, da economia, das finanças e, sobretudo, da esperança”³⁶.

Em outras palavras, a crença que cada religião vive pressupõe uma práxis de libertação da vida, das amarras da injustiça social; e, quando não vivida, fere a dignidade de cada crença. Essa é uma exigência que muitas vezes nos é imposta, não somente da parte dos crentes, mas também dos declarados não crentes.

Boaventura de Souza Santos, no seu livro **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos** expressa que “[...] a reivindicação da religião como elemento constitutivo da vida pública é um fenômeno que tem vindo a ganhar relevância nas últimas décadas em todo mundo”³⁷, ou seja, na pluralidade da sociedade as religiões possuem foro importante porque ainda incidem com grande força na vida das pessoas. Nesse sentido, elas podem ser meios de vida ou de morte.

O desafio, em primeira mão, está no fato de que as religiões, cada qual isoladamente, fechadas na sua doutrina ou crença, não conseguirão dar conta da demanda mundial que carece de direitos humanos e que na sua maioria alcança os pobres: primeiro porque o individualismo religioso causa, no encontro com as outras confissões, ações violentas de sobreposição de

³⁵ Idem.

³⁶ FRANCISCO, P. **Audiência geral inter-religiosa por ocasião do cinquentenário da promulgação da Declaração Conciliar "Nostra Aetate"** (28 de outubro de 2015).

³⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. “Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos”. São Paulo: Cortez, 2014 in: AQUINO JUNIOR, F.. Cristianismo numa sociedade plural: a propósito do livro de Boaventura Souza Santos – **“Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos”**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 13, n. 40, out./dez. 2015. p. 2276.

verdades - e isso cega para os problemas da humanidade. Em segundo lugar porque essa atitude personalista imprime um comportamento fideísta e fundamentalista que revela inconsistência, irracionalidade e imaturidade na fé. É preciso, portanto, um encontro redimido entre as religiões, com olhar fixo naquilo que representam. A sociedade e o mundo, sentem necessidade de um autêntico diálogo das religiões na sua expressão mais profunda, a fim de juntas, contribuírem para a “[...] afirmação da dignidade humana, isto é, das ‘lutas contra o sofrimento humano justo’”³⁸ que assolam tão fortemente as pessoas e mais intensamente os últimos da sociedade.

O diálogo será frutífero se for vivenciado na sua expressão prática mais radical, de modo que cada um que participa dele seja sincero e fiel à sua crença, que descarta toda e qualquer modalidade de violência, omissão e homicídio e que seja aberto ao outro como intercâmbio de valores e dons na disposição de aprendizado e transformação com o diferente. Basta de justificações de violência religiosa em nome de Deus, porquanto “Ele não pode solicitar nem justificar a violência; antes, detesta-a e rejeita-a”³⁹. Deus é contrário a qualquer expressão de depredação da vida ou de morte, pois há “[...] incompatibilidade entre a verdadeira fé e a violência, entre Deus e os atos de morte”⁴⁰. E, na qualidade de crentes, essa é uma exigência séria: quando a religião é um instrumento de morte ou de conflito, ela não revela a autenticidade da experiência com Deus, antes, nega-O. “Por isso, a vivência religiosa, a vida de fé a teologia do futuro, que se farão em meio a uma enorme pluralidade de outras confissões e em diálogo com elas, devem ser uma vivência, uma fé e uma teologia desarmadas”.⁴¹

O verdadeiro diálogo, porém, não é um diálogo estritamente relacional de partilha de dons e saberes, mas

“[...] trata-se de um diálogo de obras, envolvendo ações e colaboração comum em favor de um mundo mais humano e justo. Talvez seja este um dos campos onde ocorre hoje uma maior comunhão das experiências religiosas. Neste campo ético transparece de forma precisa o encontro das religiões, suscitando, assim, uma nova ‘comunhão criatural’. A luta em favor da paz constitui um desafio não apenas para núcleos restritos de

³⁸ *Ibidem*, p. 2284.

³⁹ FRANCISCO, P. **Encontro com as autoridades**. Viagem apostólica do Papa Francisco ao Egito (28-29 de abril de 2017).

⁴⁰ *Idem*.

⁴¹ Maria Clara Lucchetti Bingemer (org.). **Violência e religião. Cristianismo, judaísmo e islamismo. Três religiões em confronto e diálogo**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 287.

especialistas ou estrategistas, mas trata-se de uma “responsabilidade universal”. Não se pode ser religioso driblando o caminho do humano”⁴².

Fazer valer um diálogo de ação transformadora de si, do outro e da humanidade sofrida é cultivar, pela correspondência àquilo que versa a fé, bens integralizadores capazes de restituir a todas as criaturas e a criação como um todo a dignidade criatural de herdeiro dos bens materiais e espirituais, já que o transcendente, donde tudo procede, sonha assim.

Sobra-nos reconhecer que os problemas que assolam a humanidade e, de modo especial, chegam aos pobres e marginalizados não é um problema meramente socio-cultural, mas é teológico, porque expressa para cada religião a seguinte pergunta: estamos mesmo vivendo conforme o nosso propósito, conforme nos exige a fé? Essa indagação requer resposta de ação. As religiões sozinhas podem, segundo a sua identidade e potencial salvífico-humanizador, ajudar no estabelecimento da justiça e da paz, porém os credos aliados e reconciliados entre si podem exercer mais fortemente no mundo a vontade de Deus, que quer sua criação dignificada, restituída de justiça e de paz.

Referências Bibliográficas

AKASHEH, P. Khaled. **Los fundamentos teológicos del diálogo interreligioso** – Consejo Pontificio para el Diálogo Interreligioso. Disponível em <<http://cmglobal.org/vincentiana/collect/vincent2/archives/HASH124c.dir/doc.doc>>. Acessado em 22 de dezembro de 2016.

AQUINO JUNIOR, F. Cristianismo numa sociedade plural: a propósito do livro de Boaventura Souza Santos – “Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos”. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 13, n. 40, pp. 2268-2291, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n40p2268/9051>> Acesso em 26 de Outubro de 2016.

_____. Diálogo Inter-religioso por uma cultura de paz. **Revista Eletrônica Teocomunicação**. Porto Alegre v. 42 n. 2 jul./dez. 2012, pp. 359-375. Disponível: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/viewFile/12310>>. Acesso em: 30 de outubro de 2016.

AYUSO, M. A. **Pronunciamento do Secretário do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso**. Escola para o Diálogo Inter-religioso promovida

⁴² TEIXEIRA, F. **Diálogo inter-religioso ontem e hoje**. p. 7.

pelo Movimento dos Focolares ocorrida de 28 a 30 de maio em Castel Gandolfo. Disponível em <http://br.radiovaticana.va/news/2016/05/28/di%C3%A1logo_inter-religioso,_tema_relevante_magist%C3%A9rio_franco/1233040>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (org.). **Violência e religião**. Cristianismo, judaísmo e islamismo. Três religiões em confronto e diálogo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

BRIGHENTI, Agenor. O valor teológico da diferença: pautas para uma leitura da *Dominus Iesus*. **Revista Eclesiástica Brasileira**, fasc. 242 – Junho de 2001, pp. 275-312.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Declaração *Nostra Aetate***. São Paulo: Paulus, 1997.

FRANCISCO, Papa. **Audiência geral inter-religiosa por ocasião do cinquentenário da promulgação da Declaração Conciliar “*Nostra Aetate*”**(28 de outubro de 2015). Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2015/documents/papa-francesco_20151028_udienza-generale.html>. Acesso em 03 de maio de 2017.

_____. **Encontro com as autoridades**. Viagem apostólica do Papa Francisco ao Egito (28-29 de abril de 2017). Disponível em: < https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/april/documents/papa-francesco_20170428_egitto-autorita.html>. Acesso em 03 de maio de 2017.

_____. **Evento Ecumênico na Arena de Malmö**. Viagem Apostólica à Suécia quando da comemoração comum luterano-católica da Reforma (31 de outubro de 2016) Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/events/event.dir.html/content/vaticanevents/pt/2016/10/31/sveziaeventoecumenico.html>>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

HOUTART, François, Il culto della violenza in nome della religione: un panorama, **Concilium** 4 (1997) 18-32.

MOLTMANN, Jürgen. **Experiências de reflexão teológica**: caminhos e formas da teologia cristã. São Leopoldo: Unisinos. 2004.

MIRANDA, M. de França. O Pluralismo religioso como desafio e chance. **Revista Eclesiástica Brasileira**, fasc. 218 – Junho de 1995, pp. 329.

TEIXEIRA, F. **Diálogo inter-religioso, ontem e hoje**. RELAMI (Rede Latino Americana de Missiólogos e Missiólogas). Disponível em

<<http://www.missilogia.org.br/cms/ckfinder/userfiles/files/53dialogointer.pdf>>. Acessado em 26 de janeiro de 2016.

TEIXEIRA, F. **Teologia das Religiões**: Uma visão panorâmica. Paulinas: São Paulo, 1995.

VALLE, Edênio. Macroecumenismo e diálogo inter-religioso como perspectiva de renovação católica. **Revista de Estudos da Religião** N° 2/2003/pp. 56-74.

**Faustino dos Santos*

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco e bacharelado em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza - FCF.
Contato: faustinosantos17@gmail.com.

***Prof. Dr. Pe. Moésio Pereira de Souza*

Graduado em Filosofia pelo Instituto Teológico-Pastoral do Ceará - ITEP; graduado em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza – FCF com mestrado e doutorado em Teologia Moral pela Academia Afonsiana de Roma.
Contato: pmoesio@gmail.com.